



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 6.730, DE 2002**

**(Do Sr. José Carlos Coutinho)**

Estabelece a exibição de filmes brasileiros de curta-metragem e dá outras providências.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL 2629/1996 (DESPACHO INICIAL).

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art.1º** Toda sessão cinematográfica comercial, de cuja programação constar filme estrangeiro de longa-metragem, deverá exhibir, preliminarmente, filme brasileiro de curta-metragem.

**§1º** O disposto no *caput* deste artigo contemplará apenas os curtas-metragem nacional portadores do certificado de qualidade e produzidos nas bitolas de 35 ou 16mm.

**§2º** Para efeito do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, os curtas-metragem nacionais deverão ter duração de, no máximo, dez minutos.

**Art.2º** Ficam sujeitas do cumprimento do disposto no art.1º, as sessões cinematográficas de difusão cultural sem fins lucrativos ou as de caráter exclusivamente filantrópico.

**Art.3º** Todo curta-metragem nacional beneficiado pela presente lei deverá receber, como condição para sua exibição, certificado de qualidade emitido por órgão competente, apto a se pronunciar sobre a matéria, em favor da manutenção da representatividade da obra cinematográfica nacional.

**Parágrafo único** - Fica o Ministério da Cultura, por intermédio da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, autorizado a disciplinar a emissão do certificado de qualidade, emitido por ele ou por outros órgãos ou setores para esse fim delegados, como requisito básico para o cumprimento do disposto no art.1º.

**Art.4º** Fica o Ministério da Cultura, por intermédio da Fundação Nacional de Artes autorizado a estabelecer os critérios, as formas de fiscalização e controle, estipular sanções, bem como designar órgãos ou setor credenciados a executá-los.

**Parágrafos únicos** – Dos critérios aludidos no *caput* deste artigo constarão:

I – a isenção do cumprimento do disposto nesta Lei, por parte do exibidor, quando, sob controle do órgão fiscalizador, for configurada carência de curtas-metragem disponíveis para a programação;

II – o rodízio obrigatório dos curtas-metragem em exibição, acompanhando, preferencialmente, a mudança da programação do circuito comercial.

**Art.5º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120(cento e vinte) dias, a partir da data de sua publicação.

**Art.6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art.7º** Revogam-se as disposições em contrário.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Esta é a hora em que o quadro jurídico-institucional de amparo e incentivo à cultura brasileira oferece a oportunidade de se propor a presente medida.

É neste contexto que apresento esta medida com o intuito de resgatar o mercado virtual dos curtas-metragem. Forma nobre de veiculação do imaginário nacional, o curta-metragem se presta, precipuamente, ao papel documental de retrato da história, do contexto social. Sua eficácia e sua importância documental são incontestes e as cinematecas têm hoje, entre suas tarefas importantes, a adequada preservação desses testemunhos cinematográficos.

A divulgação em circuito comercial desde que balizada pelos atributos de qualidade e oportunidade, é, pois, uma forma imediata de garantir o primeiro passo para a sua conservação, cuidado que vem sendo reiteradamente apontado pelas entidades de classe ligadas ao setor.

Em seu art. 215 a Constituição Federal versa “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Considero, pois, a presente medida oportuna e de grande mérito, espero seu acolhimento pelos Ilustres Pares.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2002.

***Deputado José Carlos Coutinho***  
PFL-RJ

<b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b>
--------------------------------------------------------------------------------------

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....

**TÍTULO VIII  
DA ORDEM SOCIAL**

.....

**CAPÍTULO III  
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO**

.....

**Seção II  
Da Cultura**

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------